

UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NAS PROPOSTAS OFICIAIS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS (1997 – 2018)

Nilza Teresinha Ribeiro Xavier¹

GD17 - Currículo, Políticas Públicas e Educação Matemática

Resumo: Os documentos oficiais que regem a educação no país e, em específico, as propostas curriculares para o ensino de Matemática constituem-se referenciais cuja função é orientar e, até mesmo, garantir a qualidade da educação matemática no país. Essas propostas corroboram a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação continuada de professores, uma política de salários dignos, a melhor qualidade dos livros didáticos, a otimização de recursos e a disponibilidade de materiais didáticos diversos. Tais propostas, destacam a questão curricular e as atividades escolares de ensino e aprendizagem como fundamentais para o efetivo funcionamento da política educacional brasileira. O presente projeto de dissertação contempla uma proposta de pesquisa de cunho qualitativo, documental, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) - Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em consonância com os trabalhos do Grupo de Estudos sobre Educação Matemática com ênfase nos Anos Iniciais² (GEEMAI). A partir desse estudo documental pretende-se responder à seguinte questão de pesquisa: quais as principais mudanças que se verificam nas propostas oficiais para o ensino de Matemática nos anos iniciais, entre 1997 e 2018? O primeiro marco refere-se a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o segundo à implementação da Base Nacional Comum Curricular. Nessa perspectiva, pretende-se analisar outros documentos, também importantes para esta pesquisa, tais como os referentes à Matemática do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), produzidos em 2013, bem como os materiais produzidos em 2014, que apresentaram como principal pressuposto a Alfabetização Matemática na perspectiva do Letramento.

Palavras-chave: **Palavras-chave:** referencial curricular; ensino de matemática; base nacional comum curricular.

Introdução

O presente estudo contempla uma proposta de pesquisa documental que pretende responder a seguinte questão: quais as principais mudanças que se verificam nas propostas oficiais para o ensino de Matemática nos anos iniciais entre 1997 e 2018?

Este estudo de cunho documental tem como objetivo geral compreender a trajetória do Ensino de Matemática para os anos iniciais nas propostas oficiais no período de 1997 a 2018. Os objetivos específicos que direcionam este inventário são assim destacados:

¹ Nome da Instituição - UFPel; Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática PPGECM; nilzarixavier@gmail.com; Dr. Antonio Mauricio Medeiros Alves

² Atualmente o grupo de pesquisa é coordenado pelo professor Antônio Maurício Medeiros Alves (DEMAT/IFM/UFPel) e reúne pesquisadores da UFPel e de outras instituições de ensino da região sul, contando com a participação de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de graduação, além de professores da rede pública. As pesquisas realizadas pelos integrantes do GEEMAI se inserem basicamente em três linhas de pesquisa: (I) Culturas escolares e linguagens em Educação Matemática, (II) Formação de professores de Ciências e de Matemática e (III) Métodos de ensino e materiais didáticos para o ensino de Matemática nos Anos Iniciais, na qual são desenvolvidos os estudos do PIBID.

- relacionar as propostas analisadas com o contexto histórico de sua construção;
- verificar as abordagens teóricas das propostas oficiais para o ensino de matemática nos anos iniciais;
- comparar aspectos analisados de cada proposta oficial;
- evidenciar, a partir da análise desses documentos, suas possíveis consequências para o ensino e a aprendizagem de Matemática nos anos iniciais.

O pano de fundo deste estudo é o contexto político e econômico do Brasil, que tem se alterado drasticamente nas duas últimas décadas, sendo que a área da Educação é estratégica para atender o interesse dos mercados internacionais responsáveis por muitos dos recursos que financiam os programas educacionais brasileiros. Desse modo, muitas são as influências externas sofridas pelos currículos das escolas e, em particular, nesta pesquisa são analisadas as propostas oficiais que normatizam os currículos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No processo de busca de referências sobre o tema pesquisado, destaca-se a importância da realização de um inventário que trace um panorama sobre o que se acumulou de conhecimento através de diferentes pesquisas e um mapeamento a fim de estabelecer uma relação direta do assunto em questão com o objeto de estudo proposto.

O presente estudo baseia-se na legislação e propostas oficiais para a Educação Matemática nos anos iniciais, análise de resumos de dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em revistas científicas.

Nesse processo, considera-se a relevância da relação existente entre o momento histórico e cada legislação que sustenta os referenciais. Observou-se que os autores trazem em seus textos a percepção de que as propostas curriculares perpassam por relações de poder e alguns questionam a real necessidade e contribuição desses referenciais.

Metodologicamente, este estudo de abordagem qualitativa e documental, busca analisar as mudanças mais significativas dessas propostas para o ensino de matemática nos anos iniciais e encaminha-se por uma perspectiva mais interpretativa e construtivista.

O método utilizado para a análise desses documentos será a análise documental, seguida da análise de conteúdo. Através da análise documental esta pesquisadora pretende reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fatos ou fenômenos, sintetizar informações e perceber tendências.

Esta pesquisa irá abordar as primeiras leituras sobre a Matemática nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular.

Iniciando a pesquisa: o corpus de Análise

Nos últimos vinte anos, muitas foram as pesquisas relacionadas aos estudos curriculares em Educação Matemática no Brasil. O recorte temporal desta pesquisa abrange os anos de 1997 a 2019. O primeiro marco refere-se a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o segundo à implementação da Base Nacional Comum Curricular. Nessa perspectiva, pretende-se analisar outros documentos, também importantes para esta pesquisa, tais como os referentes à Matemática do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), produzidos em 2013, bem como os materiais produzidos em 2014, que apresentaram como principal pressuposto a Alfabetização Matemática na perspectiva do Letramento.

Num primeiro momento do desenvolvimento do estudo, foram realizadas leituras gerais acerca dos PCN e da BNCC, dessa forma, problematizam-se, a seguir, algumas questões acerca desses documentos.

No final da década de 1990 foram apresentados às escolas e a toda sociedade brasileira os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Alguns fatores foram determinantes para o seu surgimento, dentre esses a inexistência de propostas governamentais concretas para a educação e capazes de mobilizar a sociedade, a economia mundial em queda, exigindo da educação outros comportamentos, características e atitudes (NAGEL 1992).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram no final da década de 1990 tomando como referência novos padrões de conteúdos mínimos e competências básicas a serem implementadas através da parceria entre os sistemas de ensino municipal, estadual e federal. Junto com a Constituição de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1998³, os PCN vieram reformar o ensino em todo o território nacional, com o intuito de melhorar a qualidade da educação básica no país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais adotam a proposta de estruturação por ciclos, pelo reconhecimento de que tal proposta permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem.

Sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada em 20 de dezembro de 2017, trata-se de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica para que sejam assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017).

A ideia de uma Base Comum Curricular já existe desde a promulgação da Constituição de 1988 que, em seu artigo 210, prevê uma grade de conteúdos fixos a serem estudados no Ensino Fundamental visando assegurar a formação básica comum (Brasil, 1998). Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) promulgou novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e em 2014, a Lei 13.005 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de, através de um pacto entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, implantar diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos (Brasil, 2014).

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares passam a ter a tarefa de construir currículos baseados nas aprendizagens essenciais estabelecidas pelo documento.

De acordo com o documento, as aprendizagens definidas como essenciais devem convergir para que seja assegurado aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais e se consolidem seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

³ As Diretrizes Curriculares Nacionais são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. As DCN têm origem na Lei 9.394/96, que assinala ser incumbência da União “estabelecer, em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos”. Disponível em: <
[//portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

As competências gerais da BNCC perpassam as três etapas da Educação Básica: Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e se articulam na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BRASIL, 2017, p. 8-9).

Segundo a BNCC os direitos de aprendizagem são expressos em dez competências gerais, que orientam o desenvolvimento escolar dos estudantes em todas as fases da Educação Básica, destacando os aspectos cognitivos e os aspectos socioafetivos, com vistas à formação de cidadãos engajados na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A Base Nacional Comum Curricular afirma, de maneira explícita, o seu comprometimento com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva (BRASIL, 2017, p. 14).

A BNCC será obrigatória em todos os currículos de todas as redes do país, públicas e particulares, ao contrário dos PCN, que devem continuar existindo, mas apenas como documento orientador não obrigatório.

Cássio (2018), reitera que:

Desde os documentos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012) até o documento *Por uma política curricular para a Educação Básica* (BRASIL, 2014), a noção de “direito à aprendizagem e ao desenvolvimento” vem ganhando corpo e sendo utilizada para subsidiar discussões e defesas públicas da BNCC. Os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento também são mencionados no PNE, no texto das estratégias relacionadas à implantação da Base.

Na BNCC, os direitos de aprendizagem desviam o enfoque das políticas educacionais para o trabalho dos professores, que passam a ser responsabilizados pelo insucesso diagnosticado nas avaliações externas censitárias (XIMENES e CÁSSIO, 2017).

Portanto, os direitos de aprendizagem podem servir a diferentes políticas educacionais, inclusive as mais radicais, que defendem as formas de controle do trabalho docente (CÁSSIO, 2018).

Estado do Conhecimento

O segundo momento do estudo contemplou uma busca de produções sobre o tema de interesse da pesquisa, na tentativa de se construir um capítulo tipo estado da arte ou estado do conhecimento, descrito a seguir.

O estado do conhecimento impõe um processo de busca de referências sobre o tema pesquisado e um mapeamento a fim de estabelecer uma relação direta do assunto em questão com o objeto de estudo proposto. Por esse motivo, destaca-se a importância da realização de um inventário que trace um panorama sobre o que se acumulou de conhecimento através de diferentes pesquisas.

Implica dizer que para a realização deste inventário, foram levantadas algumas produções acadêmicas em três bases de dados, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google Acadêmico e na Scientific Electronic Library Online (SciELO). A escolha dessas três bases visou obter o maior número de trabalhos sobre a temática, considerando que nelas localizam-se os resultados das pesquisas de mestrado e doutorado do país.

O presente estudo baseou-se na legislação e propostas oficiais para a Educação Matemática nos anos iniciais, análise de resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas nas três bases de dados supracitadas e seguiu a metodologia da Análise Documental, sendo que esta constitui-se em uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois, além de complementar as informações obtidas por outras técnicas, também expõe novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

De acordo com Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento é tanto informativo como instrumental, pois permite que se faça uma leitura da realidade daquilo que a comunidade acadêmica tem se proposto a discutir, favorecendo, também, a aprendizagem da escrita e da formalização metodológica no percurso investigativo.

Nessa perspectiva, foram selecionadas dissertações e teses no catálogo da CAPES, utilizando os seguintes descritores: PCN Matemática, BNCC Ensino Fundamental, PNAIC Matemática e propostas oficiais Matemática Anos Iniciais. Ao elencar essas palavras-chave ou temas de interesse, pretende-se, a partir dos resultados obtidos, realizar um mapeamento sobre o tema pesquisado, para que se obtenha a dimensão qualitativa e quantitativa desses resultados.

Várias combinações de palavras-chave foram utilizadas e possibilitaram um rastreamento de um significativo número de estudos voltados para o objeto de análise, que é o de estudar as mudanças nas propostas oficiais para o estudo de Matemática nos anos iniciais entre 1997 e 2019.

As teses e dissertações foram selecionadas principalmente através de dois critérios como, a coincidência entre as palavras-chave pesquisadas/encontradas e o resumo dos trabalhos mostrarem-se correlatos com o tema de pesquisa.

Utilizando-se como referência a forma de organização em tabelas proposta por Morosini e Fernandes (2014), passou-se a identificar, a partir dos descritores, o ano e o veículo de publicação, título do trabalho e seu (s) autor(es).

Uma vez os trabalhos selecionados e categorizados, foi possível compreender o destaque que os autores revelam em relação ao contexto histórico no qual foram construídas as propostas oficiais para o ensino de Matemática nos anos iniciais, as legislações que normatizam os currículos de Matemática da educação brasileira nos anos iniciais, como também compreender o momento histórico em que ocorreram e as transformações e/ou modificações sofridas por essas propostas, em um pouco mais de duas décadas.

Com o descritor “propostas oficiais Matemática anos iniciais”, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontrados 279.047 trabalhos e quando refinou-se a pesquisa utilizando as palavras-chave “PCN Matemática anos iniciais”, foram encontrados 239.286 trabalhos. Para os termos pesquisados “PNAIC Matemática”, foram encontrados 45.814 títulos e quando as palavras-chave passaram a ser “BNCC Matemática anos iniciais”, foram encontrados 238.538 trabalhos. Entretanto, ao ler brevemente os títulos que apareceram nessa busca, percebe-se que os trabalhos encontrados referem-se somente aos “anos iniciais”, sem referência à Base, o que é compreensível, visto que em apenas 3 ou 4 anos não seria possível uma produção desse volume para a BNCC. Na busca nessa mesma base, apenas com o descritor BNCC, o resultado cai para 165 trabalhos.

Em um segundo momento estabeleceu-se como critério de busca os termos “Parâmetros Curriculares Nacionais Matemática Anos Iniciais”, “Base Nacional Comum Curricular Matemática Anos Iniciais” e “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Matemática”, no título, no resumo e nas palavras-chave dos trabalhos já selecionados, de acordo com os critérios acima descritos. Sendo assim, foram escolhidos seis trabalhos nos bancos de dados pesquisados: CAPES, Scielo, Google Acadêmico.

Após esse procedimento, iniciou-se a leitura dos resumos pois, de acordo com Ferreira (2002), no resumo devem estar os elementos essenciais da pesquisa, como o que se deseja investigar, o caminho metodológico e a reflexão sobre os resultados obtidos na investigação.

Percebeu-se, através da análise dos trabalhos selecionados, a relação existente entre o momento histórico e cada legislação que sustenta os referenciais curriculares para a educação básica no Brasil.

Lima e Zanlorense (2007) enfatizam que, para podermos compreender o processo de elaboração do documento intitulado Parâmetro Curricular Nacional (PCN), se faz necessária uma leitura histórica e para tanto nos reportamos à década de 80, no desejo de entender os fatores determinantes ao seu surgimento, além de identificar as relações sociais existentes nessa época.

Da mesma forma, destaca-se o estudo de Marchelli (2014), que considera para a compreensão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a importância de questionar-se sua formulação no devido momento histórico.

Em relação ao Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Frangella (2016), sustenta que uma das discussões centrais que se apresenta como argumento de defesa e, ao mesmo tempo, fundamento com base no qual se desdobra a organização do seu material é a questão do direito à aprendizagem. E ainda vai além, quando pondera que discutir a concepção de "direito" em que se assentam as proposições do PNAIC, juntamente com a articulação discursiva sobre "currículo" e "conhecimento", é o que permite o desdobramento da problematização em torno da BNCC.

No tocante à formação docente, Borges (2017) refere que a contextualização histórica identifica o Programa Pró-Letramento⁴ como possível referência para a proposição do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com o objetivo de oferecer formação continuada a distância e em serviço a professores que atuavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino. Em razão da melhora do desempenho escolar dos estudantes dos anos iniciais, mensurados e apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira⁵ (INEP), o MEC considerou o programa bem-sucedido.

Borges (2017) ainda destaca que, a melhoria da performance dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir do Programa Pró-Letramento, constitui-se em uma das razões para que em 2012, o MEC e universidades se reunissem e produzissem documentos com o objetivo de defender a garantia de direitos à educação das crianças no ciclo de alfabetização. A alfabetização e seus resultados no Brasil, historicamente desafiam as políticas públicas de formação de professores. Dentre essas, serve de exemplo o Pacto

⁴ O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação foi criado em 2005 como um programa semipresencial de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série). O programa foi realizado pelo MEC, em parceria com as universidades que integravam a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Poderiam participar todos os professores que estivessem em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas. Os cursos de formação continuada oferecidos pelo programa tiveram duração de 120 horas com encontros presenciais e atividades individuais com duração de 8 meses. Dados oficiais disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32190>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

⁵ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Dados oficiais disponíveis: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em 29 jul. 2019.

Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), voltado para a formação continuada de alfabetizadores e lançado em 2012.

Em conformidade com Beerbaum e Avi (2018), a proposição de uma base nacional comum não é um tema recente no Brasil, já que sua primeira alusão aconteceu na Constituição Federal de 1980. O meio formalizador da demanda por uma base nacional comum para todos os níveis de ensino da educação básica foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), publicada em 1996.

Triches (2018) destaca que no movimento de subordinar a BNCC às necessidades estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), é possível inferir o fortalecimento do setor empresarial latente a todo o movimento de elaboração e homologação desse documento orientador dos currículos da educação básica no Brasil.

Observou-se que os autores trazem em seus textos a percepção de que as propostas curriculares oficiais perpassam por relações de poder e alguns questionam a real necessidade e contribuição desses referenciais.

Considerações finais

Este trabalho, recentemente qualificado, buscará contemplar produções acerca das políticas públicas e currículo e deverá, juntamente com os dados coletados, dar subsídios para a compreensão do objeto de pesquisa. Dentre os trabalhos destacam-se as produções de de Apple (1999, 2002), Goodson (1997), Faustino (2006), Cossio (2014) e Frigotto e Ciavatta (2003), entre outros.

Frigotto e Ciavatta (2003), ratificam que a base da educação básica em um novo projeto é, primeiro, o reconhecimento dos problemas maiores do mundo globalizado e, em segundo lugar, assumir o direito inalienável do povo a uma escola pública de qualidade. Nesse sentido, segundo os autores, a educação é tanto um direito social básico e universal quanto vital.

Os autores referem-se à educação básica no Brasil na década de 1990, porém, de forma geral, nos últimos anos as políticas educacionais, sob a ótica do neoliberalismo, têm reforçado a concepção da escola como instituição simples, capaz de ser controlada e gerenciada a partir de uma lógica de gestão por e para resultados. Nesta concepção, professores e alunos são indiferenciados, sujeitos às ações que pouco compreendem, porque pouco participaram de sua construção (GIROTTO, 2018).

Nesse contexto, as políticas de currículos padronizados e de avaliações em larga escala ganham importância e são utilizadas com o objetivo de ampliar o controle sobre as escolas e o trabalho docente, evidenciando a necessidade de realização de novos estudos sobre o tema.

A BNCC apresenta como proposta enfrentar as desigualdades educacionais, mas em seus objetivos não explícitos percebe-se o reforço das mesmas e, acredita-se que, mais uma vez, os professores serão culpabilizados pelo fracasso escolar, numa lógica de responsabilização unilateral, que tem marcado as políticas educacionais neoliberais utilizadas para implantar a lógica empresarial nas unidades escolares.

Ainda, conforme Apple (2002), a educação é um espaço de conflitos e de compromissos e nossas instituições são por si só arenas nas quais os recursos, o poder e a ideologia se desenvolvem, relacionando-se com as políticas, o financiamento, o currículo, a pedagogia e a avaliação.

Considerando as palavras do autor, percebe-se a necessidade de um estudo que considere não apenas os documentos isoladamente, mas, também o contexto de sua produção. Até esse momento da pesquisa, pode-se perceber a necessidade, cada vez maior, da escola tornar-se território de discussões e práticas que explicitem as contradições do projeto social vigente no país nesse momento.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do estudo do currículo “escrito”, pois, de acordo com Goodson (1997), o currículo escrito é o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares.

No decorrer desta pesquisa pretende-se, então, analisar a trajetória da Educação Matemática, através do estudo das propostas oficiais para o ensino de Matemática nos anos iniciais entre 1997 e 2018, considerando o movimento curricular decorrente do processo de globalização, como também as políticas de tendência neoliberal priorizadas no sistema educacional, que repercutem inclusive nas políticas educativas e, conseqüentemente, nos referenciais curriculares.

O estudo do currículo tem se ampliado e diversificado a partir de inúmeras pesquisas, documentos oficiais e livros sobre o tema, visto ser um instrumento de viabilização do direito à educação. Uma das constatações deste estudo diz respeito a essência dos referenciais curriculares baseada no “como ensinar”, na maneira de abordar os conteúdos, pois estes já se encontram estabelecidos previamente.

Referências

ALVES, Antônio Maurício Medeiros; OLIVEIRA, Caroline Terra de e FERREIRA, Carmen Regina Gonçalves. Reflexões sobre a trajetória da UFPel no processo de gestão do PNAIC. In: ALVES, Antônio Maurício Medeiros; OLIVEIRA, Caroline Terra de e FERREIRA, Carmen Regina Gonçalves. **Desafios da gestão da formação docente no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC** (2013-2108). Porto Alegre: Evangraf, 2019.

APPLE, Michael. **Políticas culturais e educação**. Porto: Porto Editora, 1999.

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BECK, Vinicius Carvalho. **Invariantes operatórios do campo conceitual algébrico mobilizados por crianças do terceiro ano do ensino fundamental**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Rio Grande/RS, 2018.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, Fabiana Kalil. **PNAIC em questão: a formação continuada e a qualidade educacional**. Disponível em: <
[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1279/Dissertacao-Fabiana-Kalil-Borges-2017\(.pdf\)1362kb\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1279/Dissertacao-Fabiana-Kalil-Borges-2017(.pdf)1362kb).pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BOZZETTO, Ingrid Mundstock. **Círculos de estudos sobre a formação para o magistério das séries iniciais**. Ijuí: Unijuí, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

< http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental.** Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Língua Portuguesa.** Brasília, MEC/SEB, 2012. Disponível em: <<http://pnaicfraiburgo.blogspot.com/p/atividades-para-imprimir.html>>. Acesso em 15ago. 2018.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Matemática.** Brasília, MEC/SEB, 2014. Disponível em: .<<https://wp.ufpel.edu.br/antoniomaucicio/publicacoes/cadernos-pnaic-2014-mec/>>. Acesso em 15ago. 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Base Comum Nacional: uma discussão para além do currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1570-1590, out./dez., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/21669-55643-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

FAUSTINO, Rosângela Célia. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena.** 2006. 329 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”.** Educação & Sociedade, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FIorentini, Dario; Lorenzato, Sérgio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos.** 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. **Um pacto curricular: o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o desenho de uma base comum nacional.** Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n2/en_1982-6621-edur-32-02-00069.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa consentida à lógica do mercado.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, 2003, 93-130.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: ATLAS, 2008.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública.** Horizontes, v. 36, n.1, p. 16-30, jan/ab. 2018.

GOODSON, Yvor. **A construção social do currículo**. 2 ed. Lisboa: EDUCA, 1997.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **Da LDB 4.064/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares**. Disponível em: <
<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21665/15915>>. Acesso em: 14 mar 2019.

NAGEL, Lizia Helena. **A crise da sociedade e da educação**. Revista Apontamentos – UEM, n°.9, 1992.

PASSEGI, Maria da Conceição. **A experiência em formação**. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8697>>. Acesso 05 abr. 2019.

ROLKOUSKI, Emerson. **Dos Direitos de Aprendizagem e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa à Base Nacional Comum Curricular: o caso da alfabetização matemática**. Horizontes, v. 36, n. 1, p. 119-131, jan/ab. 2018.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Alfabetização: série estado do conhecimento**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001.

TRICHES, Eliane de Fátima. **A formulação da Base nacional Comum Curricular e concepções sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)**. Disponível em: <
<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1115>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

ZANLORENSE, Maria Josélia; LIMA, Michele Fernandes. **Uma análise histórica sobre a elaboração e divulgação dos PCN no Brasil**. Disponível em: <
www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_hist>. Acesso em 21 maio 2018.